

A QUESTÃO AMBIENTAL NA ALDEIA *TERENA* DE LAGOINHA

Antonio Bento Pereira Paredes
Mestre em Desenvolvimento Local
abpparedes@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho investiga a percepção de alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio, da comunidade indígena *Terena* da Aldeia Lagoinha, com relação à questão da problemática ambiental vivenciada por eles, tanto no âmbito das suas relações internas como destas com o seu entorno. A partir da relação professor-aluno-comunidade, das fontes de informação utilizadas, da relação de autoridade e poder, e daqueles com as diferentes mídias, fez-se uma análise comparativa da situação presente com a passada, e das perspectivas futuras por eles delineadas. Aborda-se ainda, as mudanças no padrão de comportamento do professor diante da inserção de novas tecnologias na escola, visando à melhoria das relações e condições de trabalho, dentro e fora da aldeia. A pesquisa de cunho qualitativo foi desenvolvida com a comunidade escolar das duas unidades de ensino público localizadas na referida aldeia, porém, somente sete professores e treze alunos responderam ao questionário escrito aplicado. O trabalho contextualiza o papel do professor, como elemento dinamizador e interlocutor de uma nova realidade, sempre pronto a responder, dentro das suas limitações, aos anseios e necessidades da comunidade, a partir de sua prática docente. A pesquisa aponta também, uma necessidade urgente de mudança, individual e coletiva, não só de mentalidade como de hábitos, que minimizem o impacto destruidor do homem sobre a natureza e que, por meio de um Desenvolvimento (Local) Sustentável, proporcione melhores condições de vida às futuras gerações.

Palavras-chave: Educação ambiental, Educação escolar indígena, Desenvolvimento sustentável.

Introdução

A aldeia de Lagoinha, situada no distrito de Taunay, município de Aquidauana (distante 65 quilômetros da sede deste), pertence a um conglomerado de 06 (seis) aldeias, com uma área total de 7000 hectares. A fundação da sede da aldeia se deu em 1956, mas, juridicamente, a sua estruturação é mais recente.

A referida fundação se deve à família do índio Guilherme Moreira (Titi), sua esposa dona Margarida, seus oito filhos e ao seu genro João Delfino, que se casou com dona Olímpia Moreira Delfino. O último, dos oito filhos do primeiro casal, veio a nascer em 03/10/1957, na nova localidade, tendo recebido o nome de Emílio Miguel Moreira (atual pastor da Igreja Uniedas na comunidade).

Vindos da Aldeia Bananal, por volta de 20 de dezembro de 1956, com o objetivo de fazer lavoura e em busca de terras férteis, para o plantio de mandioca,

milho, melancia e outros produtos, se instalaram às margens de uma lagoa, que existia no referido local e que, mais tarde, daria origem ao nome da nova povoação.

Passados alguns dias, o índio Antônio Vicente (*Pikihí*), capitão da Aldeia Bananal na época, realizou uma visita de cortesia, ao local e à família do senhor Guilherme Moreira, que começava a constituir o núcleo do que se tornaria uma “nova” aldeia. Nessa ocasião, realizou-se uma reunião, onde foi sugerido pelo mesmo capitão, que o local deveria se chamar de “*Borevy*”. Contrariamente à sugestão apresentada, o senhor Guilherme apresentou o nome de “*Kali-lavona*” que, na língua materna, significa “Lagoinha”, cujo nome era uma homenagem a uma velha senhora chamada Maria Carolina que, todas as vezes que passava perto da lagoa, exclamava “*Kali-lavona*” em admiração a mesma.

Foi assim que, entre a localidade de Taunay e a Aldeia Bananal (sede do Posto Indígena da FUNAI), nasceu o que é hoje, a Aldeia Lagoinha, cuja localização dista: 03 km desta; 200 m da Aldeia Morrinho; 05 km da Aldeia Água Branca; 07 km da Aldeia Ipegue; e aproximadamente, 70 km da sede do município de Aquidauana.

A história do povo da Aldeia de Lagoinha está numa íntima relação com o Evangelho-Igreja. Não existe uma definição clara da data em que se iniciaram os trabalhos de evangelização, porém, o que existe de concreto é que, os mesmos só aconteceram, graças ao empenho do ministério da Igreja Evangélica situada na Aldeia Bananal.

Já em junho de 1958, a residência da família Moreira, se transformara em “ponto de pregação”, com a realização de cultos e a participação de diversos irmãos daquela aldeia, dentre os quais se destacam: Vitoriano Cecê, Antônio Vicente, Lourenço Marques e Ramão Vicente Cabo. Em 1960, um rancho coberto de palhas de bacuri e com paredes de pau-a-pique, se convertera numa promissora Congregação Cristã. Nessa circunstância, chegava àquele local, a família do ancião Paulo Miguel. No ano de 1961, sob a direção dos irmãos Vitoriano Cecê e Antônio Vicente, mais um grupo de novos crentes se manifestara com a Congregação já organizada.

Entre 1962 e 1964, Lourenço Marques e Rosalino da Silva foram os administradores locais. Nesse espaço de tempo, foi construído o primeiro Templo, com 4 x 8m de tamanho e coberto de sapé, substituído mais tarde, por telhas de barro. Este prédio serviu como Casa de Pastoral até o ano de 1971.

Entre 1965 e 1970, os irmãos Rosalino da Silva e Miguel Pereira, foram os responsáveis pela administração do Templo. Com o grande aumento no número de adeptos, a Igreja já não comportava espaço suficiente para todos os seus membros.

Foi assim que, em 28/07/1968, era construído um novo templo que media 5 x 12m, sendo inaugurado pelo pastor Geraldo. Após sua inauguração, os irmãos se animaram na confecção de novos bancos de madeira. Foram doados pelo senhor Luizinho, 750 telhas para a cobertura do novo espaço sagrado.

Em outubro de 1979, houve o lançamento da pedra fundamental do atual templo da Igreja Uniedas, por ocasião da Conferência Anual que se realizava no distrito de Taunay.

Com a chegada do pastor Reginaldo Miguel, que promoveu uma reunião no dia 1º de novembro de 1971, foi lavrada a Ata de Fundação do novo povoado, onde estiveram presentes o capitão Antônio Vicente, Lourenço Moreira, Francisco Moreira, Tibúrcio Moreira, Paulo Miguel e Inácio Moreira. Nessa mesma reunião, foi proposto pelo pastor Reginaldo Miguel, a abertura da primeira Rua da Aldeia Lagoinha, que levou o nome do seu fundador Guilherme Moreira (Titi).

A Sociedade dos Homens da nova igreja de Lagoinha, reunidos em 1972, sob a presidência do senhor Lourenço Marques, decidiu construir um galpão ao lado da igreja, cobertas de palha de bacuri e assentos de bocaiuveiras, onde funcionaria a primeira sala de aula para as crianças daquela aldeia, As aulas tiveram o seu início em 1º de março daquele mesmo ano, cujas primeiras professoras foram Nilza Miguel e Enilda Miguel.

Através do seu programa às 12 horas, na Rádio Independência de Aquidauana, o senhor Antônio Garcia fez uma campanha para arrecadação de materiais de construção, a fim de melhorar a estrutura da nova escola.

Durante a campanha política do ano de 1972, a aldeia recebeu a visita do doutor Rudel Espíndola Trindade (candidato a prefeito de Aquidauana), de Jair de Oliveira e Heládio de Arruda (ambos os candidatos a vereadores), que prontamente se propuseram ajudar na melhoria da escola existente. Foi apresentado à citada comitiva, o orçamento para construção de uma estrutura de alvenaria medindo 5 x 10m, o que depois de aprovado, fez-se a imediata concretização da obra em regime de mutirão.

Em 05 de setembro daquele ano, era inaugurada pelo mesmo doutor Rudel, a nova escola da aldeia. No ano seguinte, com a eleição deste (a prefeito) e do candidato Jair de Oliveira (a vereador), tomou-se as providências necessárias para a regularização

e funcionamento normal da unidade escolar em epígrafe, cuja denominação passou a ser “Marcolino Lili”.

No dia 08 de outubro de 1972, através de uma reunião convocada pelo senhor Frederico Oliveira, chefe do Posto Indígena do Bananal, era eleito Marcelino Pereira (Canabarro), como primeiro “capitão” (cacique) da Aldeia Lagoinha, tendo Elias Lipú e Catulino Paulino como auxiliares, cujo mandato se encerrou em 26 de fevereiro de 1973, com a renúncia do citado capitão.

Com um pleito realizado no dia 06 de setembro de 2008, foi eleito Alcery Marques Gabriel, como o mais novo cacique da referida aldeia, cuja posse aconteceu no dia 25 de outubro do mesmo ano.

1 – Dados Demográficos, Socioeconômicos e Educacionais

A aldeia conta ainda, com uma entidade representativa comunitária chamada Associação de Pequenos Produtores e Criadores da Aldeia Lagoinha - APPCAL, fundada em 22 de julho de 2007, cuja diretoria é ocupada atualmente, pelo jovem Leveson Vicente (Presidente) e mais cinco outros membros da comunidade. A referida instituição possui, hoje, 96 associados e um patrimônio constituído de um trator, uma roçadeira, um gradeador e uma carreta.

A lavoura e o cultivo de árvores frutíferas se constituem nas principais atividades econômicas, da população de Lagoinha. São poucos os grupos familiares que possuem horta em sua casa. Nesta aldeia, existe uma pequena área dedicada à prática da bovinocultura. Utilizam, aproximadamente, 30 (trinta) hectares para a produção agrícola e de frutas. E a criação de bovinos, eqüinos e pequenos animais, é feita em baixa escala, tendo em vista os poucos recursos e áreas disponíveis. Quase não se pratica mais a caça, a coleta de palmito, mel e frutas silvestres, por conta da degradação das poucas áreas de mata nativa ali existente. Sem tempo para uma recuperação natural e sem uma tecnologia que possa ajudá-lo nisso, o solo da aldeia está, cada vez mais, empobrecido. Produz milho, feijão, arroz, mandioca, batata-doce, entre outros. Dentre as frutas mais comuns, destacam-se o abacaxi, melão, melancia, banana, manga, caju e outras. Sua alimentação é composta basicamente, de mandioca, milho e seus derivados, com baixo teor de proteína animal (devido ao alto custo atual), e predomínio das frutas na sua devida época.

O trabalho de preparo do solo, colheita e conservação dos alimentos, sempre foi feita de forma manual. No entanto, com a chegada do trator, em alguns

lugares o preparo do solo é feito de forma mecanizada, ficando o plantio, a colheita e a conservação do solo como atividades artesanais. Como o custo de manutenção do trator é alto, e a FUNAI (ou mesmo a própria Associação dos Agricultores locais) nem sempre possui recursos para custeá-los, o benefício da agricultura (quase) mecanizada é privilégio de poucos. Em alguns momentos, os pequenos produtores, por meio da sua associação de classe, recebem o apoio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, do governo estadual.

Com o advento da mecanização no preparo do solo, houve uma pequena melhoria no padrão de vida dos indígenas locais. Contudo, como a área cultivada permaneceu inalterada e sem uma tecnologia própria de conservação, o solo vai se acabando. Daí decorre a necessidade (urgente) de se ampliar as reservas indígenas, bem como a adoção de uma política pública de permanente atendimento a essa significativa parcela de povos tradicionais.

Segundo Moreira (2003), por ocasião da chegada dos missionários evangélicos (em 1912), à região de Taunay (aldeia Bananal), houve a necessidade de eles aprenderem a língua *Terena* para se comunicarem com os habitantes daquela localidade. Assim, a língua *Terena* foi criada com os aspectos lingüísticos determinados pelo idioma corrente entre os missionários, ou seja, o inglês.

No ano de 1999, o bilingüismo foi oficializado no município de Aquidauana pelo então Prefeito Raul Martinez Freixes, através do projeto denominado “Raízes do Saber”, cujo Secretário de Educação era o senhor Francisco Carlos. Foram cinco as professoras preparadas para tal função: Matilde Miguel Pereira e Rosemeire de Almeida Moreira (ambas da aldeia Lagoinha), Marta (da aldeia Água Branca), Nilza Leite Antonio (da aldeia Bananal) e a missionária Nancy Butler, integrante da Sociedade Internacional de Linguística, como especialista (MOREIRA, 2003).

A comunidade indígena da aldeia Lagoinha, prossegue a mesma autora, “[...] decidiu garantir o resgate e a alfabetização dos alunos na língua materna com a formação de professores tanto (no aspecto) oral como escrito, assegurando o ensino com uma metodologia toda voltada para a realidade indígena”.

A maioria dos indígenas que moram no distrito de Taunay, fala fluentemente, a língua materna. A transmissão dos conhecimentos é feita na forma da tradição oral, ou seja, os pais e os mais velhos são os responsáveis pela continuidade das informações e da memória do povo. E, o ensino formal da língua materna, faz parte do currículo das escolas locais. A saber: a Escola Municipal Indígena Pólo “Marcolino

Lili” e a Escola Estadual Indígena “Pastor Reginaldo Miguel Hoyenó’o”, as quais trabalham também, alguns aspectos da cultura indígena local.

Com uma população estimada em 629 habitantes (FUNASA, 2008), a aldeia possui um Posto de Saúde da Funasa, duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual), três igrejas evangélicas, um pequeno comércio local e dois telefones públicos (que funciona a base de energia solar).

2 – Resultados da Pesquisa de Campo

Responderam ao questionário sete professores e treze alunos, de ambas as unidades escolares. Em relação à questão **“Quando você planeja e ministra uma aula, o que mais valoriza?”** As respostas dos professores, em sua maioria, mostram a preocupação com relação ao aprendizado do aluno, destacando que o conteúdo deve ser adequado à realidade e aos interesses do mesmo, ou seja, deve ter como ponto de partida a sua experiência do dia a dia. Contudo, a realidade atual é bem diferente: os livros manuseados pelos alunos indígenas são os mesmos usados nas escolas tradicionais; as histórias neles contadas enaltecem a figura do “dominador” (não-índio), quando não denigrem com a figura do “dominado” (eles próprios); os planejamentos são realizados de forma coletiva, com pouca (ou nenhuma) valorização das diferenças étnicas e (ou) culturais.

No que diz respeito a **“O que você entende por Educação Ambiental?”** E **“qual a importância dela para a vida das pessoas?”** É possível de se perceber que, devido às inúmeras informações veiculadas pelos meios de comunicação em geral (referentes ao Aquecimento Global), eles têm clara consciência com relação ao seu significado e sua importância na vida da comunidade, e ainda, para a sobrevivência da humanidade em geral.

Em relação à questão **“Você realiza com os alunos alguma(s) atividade(s) que considera como sendo de Educação Ambiental? Qual (quais)?”**. A maioria não faz nenhuma atividade e (ou) projeto de educação ambiental que seja específico com seus alunos. Um deles diz que o tema é fonte de inspiração para o desenvolvimento de atividades artísticas, principalmente, desenhos e pinturas. Eles relatam ainda, os temas importantes na área ambiental, mas não as atividades desenvolvidas.

Em se tratando da questão **“Em sua opinião, quais são os principais problemas ambientais da aldeia e quem são os responsáveis?”**. A maioria destaca o

desmatamento, o lixo e a poluição causada pela queima do mesmo, tendo em vista a não existência de coleta, nem mesmo de um local apropriado para o depósito desses materiais.

O lixo produzido pela própria comunidade (como papel, papelão, plásticos, metais, vidros) com materiais trazidos da cidade, se constitui num novo problema para eles que, conforme o relato de alguns professores tem provocado outros problemas de saúde pública, como as doenças respiratórias provocadas pela fumaça resultante da sua queima.

Em relação aos causadores da degradação ambiental são unânimes em afirmar que os não-índios, os fazendeiros, são os maiores destruidores, pois o conglomerado de aldeias é cercado por grandes propriedades rurais, onde comumente se pratica o desmatamento e as queimadas, para formação de novas áreas de pasto com a finalidade de se prosseguir na prática da pecuária extensiva, a base da economia local. Entretanto, também se consideram responsáveis por parte da degradação devida, principalmente, ao hábito de efetuar queimadas para o plantio de milho e mandioca. O depoimento de um deles, no entanto, deixa claro que, às vezes, a queimada é praticada pelos próprios índios, sem critérios óbvios ou racionais.

No que diz respeito ao questionamento **“Qual (is) seria(m) a(s) solução (ões) para o(s) problema(s) apresentado(s)?”** E mesmo, **“Que tipo de trabalho (e como) a escola poderia desenvolver nesta área?”** Foram enfáticos em dizer, na sua maior parte, que é preciso que se faça uma grande campanha de conscientização/mobilização comunitária (com cartazes, faixas e frases de impacto nos dois idiomas) sobre a importância do Meio Ambiente e a preservação dos recursos naturais disponíveis, não só para a sobrevivência do índio como para a humanidade toda. A começar pela Campanha do Lixo. A partir da qual se poderia traçar uma nova linha de planejamento, envolvendo todos os segmentos da sociedade civil, público e privado, visando à elaboração projetos alternativos de Desenvolvimento Local Auto-sustentáveis, com o mínimo de agressão à natureza, e tendo a escola como instituição mediadora (e dinamizadora) de todo processo de transformação.

Quanto ao posicionamento dos alunos com relação à problemática ambiental, foram aplicados alguns dos mesmos questionamentos dirigidos aos professores, como **“O que você entende por Educação Ambiental?”** E **“qual a importância dela para a vida das pessoas?”** Da mesma forma que os professores, percebeu-se uma clara concepção sobre o real significado da Educação Ambiental para

eles, bem como da sua primordial importância para a manutenção de toda espécie humana.

Em relação à questão **“Das temáticas trabalhadas na semana do meio ambiente, qual foi a mais interessante? Por quê?”** Foram enfáticos em afirmar que, além das palestras sobre as causas e os efeitos do lixo e da poluição ambiental sobre as pessoas, teve destaque ainda, as atividades práticas, como o plantio de mudas (visando o reflorestamento) e a coleta seletiva do lixo (visando a sua reciclagem). Quanto ao **“por que”** dessas respostas, reafirmaram que (como os professores), se não forem tomadas medidas urgentes agora, com relação ao problema do lixo e da poluição ambiental, talvez não haja mais futuro para as próximas gerações.

Em se tratando da questão **“Em sua opinião, quais são os principais problemas ambientais da aldeia?”** E **“Quais seriam as possíveis soluções para estes problemas?”** A maioria destaca o desmatamento, o lixo e a poluição causada pela queima do mesmo, tendo em vista a não existência de coleta, nem mesmo de um local apropriado para o depósito desses materiais (da mesma forma como falaram os professores). Em relação ao segundo questionamento, mais uma vez, a opinião dos alunos coincidiu com a dos professores, revelando a necessidade de se fazer uma grande campanha de conscientização/mobilização coletiva sobre a importância do Meio Ambiente e a preservação dos recursos naturais disponíveis, visando uma melhor qualidade de vida para todos, tendo eles, a escola e os professores como gerenciadores de todo processo de transformação.

3 – Conclusões da Pesquisa

Com os professores fez-se primeiro, os questionamentos individuais necessários ao levantamento diagnóstico sobre a problemática ambiental. A partir dos quais, fez-se uma discussão coletiva com o objetivo de se estabelecer mecanismos de inserção da temática no currículo escolar de cada disciplina, tendo em vista a dificuldade daqueles docentes em se trabalhar a “interdisciplinaridade” (com um ou mais temas) o ano todo. Em outras palavras, a Educação Ambiental é desenvolvida de forma isolada (por uma ou outra disciplina), e ainda, sem continuidade progressiva e esclarecedora, o que torna a questão inócua ou de pouco efeito didático-pedagógico.

Já com os alunos, foi feito de forma diferente: fez-se inicialmente, um esclarecimento sensibilizador sobre a temática em questão, para depois questioná-los a fim de se saber o que eles pensam sobre o referido assunto.

De forma geral, os professores indígenas Terena de Lagoinha, têm consciência dos problemas ambientais e alguns até participam, esporadicamente, de movimentos contrários à degradação dos rios e das matas. Entretanto, poucos trabalham com as questões ambientais em sala de aula, o que pelo ponto de vista moral e ético, seria de suma importância. Percebe-se ainda, que a maioria tem clareza que as queimadas provocadas por eles dentro da reserva, colaboram com o aparecimento de doenças respiratórias (principalmente nas crianças) e a degradação do meio ambiente como um todo. E, da mesma forma que os alunos e a comunidade em geral, devem se mobilizar com relação ao destino final do lixo e da necessidade da preservação dos recursos naturais disponíveis. Muitos animais e vegetais estão em extinção (ou ameaçados de extinção) no cerrado, o que exigiria dos atuais índios (e das suas futuras gerações), uma mudança de hábitos, com o objetivo de preservar a fauna e a flora, uma vez que as reservas são verdadeiras “ilhas” dentro de imensas áreas de pastagens e pouca reserva arbórea, talvez os únicos espaços para que esses seres vivos se mantenham. Se necessário for, associar conhecimentos tradicionais aos científicos visando uma melhor utilização do solo e demais recursos naturais.

Apesar de viverem distantes dos grandes centros urbanos, eles não estão imunes em relação aos efeitos do Aquecimento Global. Os problemas ambientais mundiais e os do seu entorno, chegam às aldeias tais como o efeito estufa, a escassez de chuvas, a poluição do ar e das águas, os agrotóxicos, a perda da biodiversidade, entre outros. Embora possuam uma melhor relação com a natureza do que os não-índios, eles precisam ter um conhecimento global sobre os problemas ambientais, a legislação e as políticas públicas pertinentes, para a sua própria sobrevivência, bem como das futuras gerações

Os dirigentes das escolas indígenas, os órgãos ligados à educação, em todos os níveis, deveriam dar um destaque para a educação ambiental, pois os professores indígenas repetem o que lhes foi ensinado, isto é, eles não podem ensinar algo que não dominam.

Sem a caça, sem a pesca, sem água de qualidade, sem as plantas medicinais, as comunidades indígenas correm sérios riscos, por isso, são necessárias políticas públicas urgentes e consistentes, que busquem a sustentabilidade das aldeias, através de alternativas econômicas, da recuperação das áreas degradadas, da perfuração de poços artesianos, quando for o caso, além do incentivo ao ecoturismo e ao artesanato sustentável. Eles têm o que aprender com o não-índio, mas como diz Meliá (1999, p.16)

a educação indígena não é a mão estendida à espera de uma esmola. É a mão cheia que oferece às outras sociedades uma alteridade e uma diferença, que os ditos “civilizados” já perderam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política do confinamento, iniciada com o SPI (e continuada pela FUNAI), como órgão de tutela, já cumpriu os seus objetivos (da pior maneira possível), de “pacificar” os índios rebeldes e formação de mão de obra barata, tanto para os fazendeiros como para os usineiros locais. É preciso que toda sociedade “não-índia”, veja o “índio” de hoje, além da sua aparência física (externa), sem estereotipá-lo desta ou daquela maneira, como fizeram os primeiros autores, ao descrevê-los como personagens de um romance. É necessário que se respeite o “índio-cidadão”, como qualquer outra pessoa desse imenso país, que têm direitos e obrigações (que vota e pode ser votado), conforme prevê a Constituição Federal e, de preferência, sem a tutela do estado.

É claro e evidente que, o respeito ao índio, perpassa pelo reconhecimento do direito a terra, princípio e fim da sua existência, enquanto território de ocupação tradicional. Sendo assim, é mais que uma obrigação (um compromisso moral), a “devolução” urgente das terras que lhes pertencem, de fato e de direito, para que, a partir daí, eles possam reconstruir a sua identidade sociocultural, e conseqüentemente, a verdadeira história de cada povo.

Cabe ao estado brasileiro, definir políticas públicas no sentido de proporcionar mecanismos adequados ao *gerenciamento territorial de suas terras por parte dos índios*, em especial na Amazônia, e ainda no *reconhecimento de identidades indígenas emergentes* (“índios resistentes”) e da *conseqüente delimitação de suas terras*, o que desencadearia relativa instabilidade política nas regiões Sul e Nordeste do país.

Há necessidade de se levar em conta também, as diferenças entre os grupos sociais e no interior destes. Não se podem distinguir grupos qualitativamente diferentes, apenas por sua aparência externa, como a divisão entre homens e mulheres, entre crianças, adultos e velhos, ou entre grupos étnicos. É preciso estudar o interior de cada grupo, visto que, de outro modo, as médias estatísticas ou os tipos qualitativos irão mascarar as diferenças de classe. Taks (2001) revela, por exemplo, que, no seu

relacionamento diário com a terra e com os animais domésticos, há variação entre trabalhadores rurais assalariados e produtores familiares (no Uruguai): estes últimos expressam maior preocupação com a reprodução da fertilidade dos solos. Essa distinção permanece oculta quando se analisam o produtor de forma genérica, sem se levar em conta os tipos de relações sociais de produção. As ciências naturais, ao focar a degradação ambiental, não avaliam as contradições existentes no interior das sociedades, e analisam o grupo humano de forma homogênea. Como resultado disso, aparecem as propostas de sustentabilidade ecológica que podem levar à “insustentabilidade social”, tais como: práticas agronômicas ecologicamente sustentáveis podem marginalizar pequenos produtores; limites à exploração de recursos naturais podem empobrecer camponeses, coletores, caçadores e pescadores; o ordenamento territorial urbano pode remover assentamentos precários sem oferecer alternativas (FOLADORI & TAKS, 2004).

A demarcação administrativa é apenas a primeira fase de um longo processo visando à proteção das terras indígenas. Concluída esta, são necessárias outras medidas, objetivando tanto à prevenção como à solução de situações de indevida exploração econômica e a reintegração de posse de territórios tradicionais pelos índios. Além do que existem também, as questões que se referem à proteção dos bens culturais e que dizem respeito à valorização da identidade étnica, sem as quais não é possível assegurar a cidadania para os índios.

É necessário ainda, logo depois de demarcadas e garantidas as terras, assegurar, para cada povo ou comunidade que se localiza numa dada terra indígena, um processo próprio de desenvolvimento, adequado à realidade e aos anseios deste povo ou comunidade. Quanto à obrigação do Estado, ele deve agir como **facilitador**, **fomentador** e **possibilitador**, para que esta decisão se torne realidade, constituindo-se no grande desafio que a FUNAI tem hoje pela frente.

Por isso que, uma das primeiras medidas se refere à reestruturação do órgão indigenista, como forma de viabilizar a substituição do velho modelo de indigenismo, caracterizado pelo clientelismo e paternalismo, e no qual os índios são tratados de forma genérica (índio genérico) e em situação de extinção, por um novo indigenismo, em que as diversas situações sejam tratadas por diferentes maneiras de planejamento e experiências indigenistas.

Dessa forma, as ações do órgão indigenista no sentido de assegurar os direitos dos índios, estão sempre sendo repensadas, de maneira que sua concepção,

planejamento e execução tenham em vista sociedades diferenciadas (a nível local, regional e nacional), bem como distintas entre si, pois na questão da especificidade dos programas e projetos destinados a estes povos e comunidades, é de fundamental importância a concretização de políticas regionalizadas.

Outro desafio a ser vencido, é o de assegurar a participação das populações indígenas, em todas as ações e (ou) políticas que lhes dizem respeito, sem o quê não é possível garantir a manutenção dos territórios já regularizados, pois, só através de um processo de conscientização com relação aos seus direitos e de atitudes de caráter preventivo, é que serão criados os meios para que possam ser evitadas novas invasões e explorações indevidas de suas terras.

É comum se pensar que o reconhecimento dos limites das terras indígenas inviabilizará o desenvolvimento do meio rural. Contudo, sobre isto existem dados, segundo os quais "as terras indígenas não obstaculizam a expansão das atividades agrícolas ou pecuárias, uma vez que as terras indígenas constituem parte menor do estoque de terras que poderia ser destinado a programas governamentais de colonização e/ou reforma agrária" (OLIVEIRA, 1987).

Para que tudo isso aconteça, é preciso ainda, a implantação (e implementação) de políticas públicas que garantam projetos de emancipação econômica, política e administrativa, em todos os níveis, às inúmeras etnias, reconhecidas ou não, desse continente chamado Brasil. O índio não precisa de assistencialismo político-eleitoreiro (ele o refuta, em muitos casos), disfarçado de projetos sociais mirabolantes, que atendem apenas às suas necessidades imediatas. Ele precisa sim, de uma política eficaz, consistente e permanente, que o trate como "sujeito" da sua própria história, e "auto-suficiente" no seu modo de "ser" e "viver". TANTO se fez e MUITO se gastou, porém, POUCOS foram os resultados.

A dinâmica cultural dos *Terena* tem despertado curiosidade, pois, ao longo de sua história, este povo tem adquirido mecanismos que lhe permitem interagir com outras sociedades, sejam elas indígenas ou não. Os indígenas de Lagoinha têm hoje, um contato diário com o meio urbano, através do comércio de alimentos produzidos na aldeia. Seus principais produtos passíveis de comercialização são: a mandioca e seus derivados, o milho, o feijão, a batata-doce, a abóbora, o arroz e outros. Praticam-se também, a pecuária de pequeno porte. Os membros da comunidade trabalham ainda, nas fazendas mais próximas e na sede do município, nas usinas de cana do estado. Dessa

forma, com a influência do meio externo dinamizando o seu modo de vida, os indígenas que nasceram a 40 anos, na referida aldeia, diferenciam-se muito daqueles nascidos mais recentemente.

Devido à escassez de matéria prima própria (por conta da degradação ambiental), são poucos os que praticam o artesanato tradicional, e mais raro ainda, são os que sobrevivem dessa prática econômica.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Aquidauana, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI oferece de segunda a sexta-feira (no período matutino e vespertino), um curso de artesanato básico, para algumas crianças das aldeias da região.

Alguns aspectos da cultura particular dos *Terena*, como a cestaria, a tecelagem, a dança e o conselho tribal, são ainda preservados em algumas das aldeias locais. Pode-se considerar como característica marcante, e presente na maioria das aldeias, é a consciência coletiva do orgulho do “ser” e “agir” *Terena*, enquanto povo que busca o seu espaço e a sua reafirmação sociocultural.

Infelizmente, a escola oficial tem contribuído muito pouco, tanto para a revitalização como para a manutenção dos diversos elementos culturais que lhes são peculiares. A não existência de um Projeto Político Pedagógico próprio (específico), ainda os obriga a seguir normas e determinações emanadas dos órgãos de educação oficial (seja municipal ou estadual). Em outras palavras, falta autonomia político-administrativa na gestão da Educação Escolar Indígena que eles querem (e precisam).

Se houvesse uma mobilização da comunidade escolar, a partir do corpo docente, por uma NOVA Educação, específica e de qualidade, muitas coisas talvez, seriam diferentes e melhores. E, as instituições governamentais os veriam com outros olhos e os respeitariam.

A **Conferência Nacional dos Povos Indígenas**, que aconteceu em Brasília–DF (entre os dias 12 e 19 de abril de 2006), com a participação de 900 delegados, representando 173 etnias indígenas; e o **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007 (publicado no DOU de 08/02/2007), que institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**, representam um grande passo rumo à, tão acalentada, autonomia política-econômico-administrativa das diversas nações indígenas desse país. Contudo, que não se pense que isso é suficiente, ou tudo o que eles almejam. É apenas o princípio de uma longa e árdua

jornada, em busca do reconhecimento definitivo daqueles povos, enquanto cidadãos críticos e detentores do direito de escolha sobre o seu próprio destino.

Como resultado preliminar das discussões realizadas na aldeia, em torno de uma Educação Ambiental interagindo com os Conhecimentos Tradicionais, objetivando um Etnodesenvolvimento Local e Auto-sustentável, chegou-se a conclusão de que: “uma autonomia política e administrativa das escolas e entidades representativas locais seria o primeiro passo dessa empreitada”. Porém, ela só será alcançada, se houver também, uma autonomia econômico-financeira daquelas instituições, o que demanda recursos e políticas públicas específicas, além do apoio técnico-operacional necessário das organizações governamentais e não-governamentais do setor.

Foi elaborado ainda, o **Projeto Horta – Educando** (aguardando financiamento), que pretende conciliar, em princípio, a prática da lavoura (característica comum entre os *Terena*) e o currículo escolar, através de atividades de horticultura alimentar (complemento à merenda escolar). Posteriormente, pretende-se ampliar os canteiros iniciais, para o cultivo de Ervas Medicinal, a fim de favorecer a prática da fitoterapia indígena, atividade pouco vivenciada pelos atuais remanescentes dos “ameríndios”. Numa fase tardia, tem-se como meta também, a implantação de um viveiro com espécies vegetais típicas da região, visando à recuperação de áreas degradadas e ainda, o fornecimento de matéria prima para o artesanato local, fonte de renda familiar pouco explorada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLADORI, TAKS, Javier. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. Mana. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2004.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. Dado populacional da etnia Terena no Mato Grosso do Sul, 2008.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MOREIRA, Maria do Carmo Simões. **O Percorso Histórico da Escola Municipal Indígena “Marcolino Lili” – Aldeia Lagoinha – Aquidauana – MS**. Aquidauana : UEMS, 2003 (Monografia apresentada no curso Normal Superior para o Contexto Indígena).

OLIVEIRA, João Pacheco. **Terras Indígenas no Brasil**. CEDI, Museu Nacional, 1987.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Subsídios para as Oficinas de Trabalho**

Regionais - Texto de 01/07/2006 consolidado com as contribuições dos membros da Comissão Nacional da PNPCT durante a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT, realizada entre 30/08 a 01/09/2006 - Brasília – DF.

_____. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007 (DOU de 8.2.2007).

TAKS, J. **Acerca de la alienación del trabajo en los tambos uruguayos**. In: Leopold, L., (ed.), *Psicología y organización del trabajo II*. Montevideo: Psicolibros, 2001.